



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS
COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 141802/2016
PROTOCOLO: 71000.050049/2012-01 TIPO DE PROCESSO: Concessão
C.N.P.J.: 73.213.126/0001-18 DATA DE PROTOCOLO: 26/04/2012
ENTIDADE: PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE - PROVOPAR
MUNICÍPIO: SAO JOSE DAS PALMEIRAS UF: PR
ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: A DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 852/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATORIOS: Não apresentou todos os documentos
(Documentos Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.);Inscrição no Conselho Local de Assistência Social;Nota pendentes) explicativa;Relatório de atividades

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14
Compatível com a legislação

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução:
art. 3º, II, Lei 12.101/09
Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Não apresentou documento

Oferta(s)

Usuário(s)

Qualificação usuário

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14 Não é possível aferir a gratuidade das ofertas

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO: Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Não foram analisados

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não apresentou documento(s) obrigatório(s)

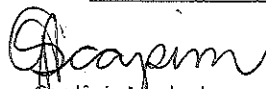
Muito embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 852/2015), não apresentou o(s) seguinte(s) documento(s): Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.);Inscrição no Conselho Local de Assistência Social;Nota explicativa;Relatório de atividades. A ausência deste(s) documento(s) impossibilita a análise dos requisitos da certificação.


A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

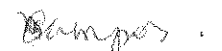
Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 29/01/2016


Gardênia Machado
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS


Maria Helena Gabarra Osório
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS


Bárbara P.C. Campos
DRSP/SNAS/MDS